

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para estabelecer escalonamento do valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 18 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa no valor de:

I – 25% (vinte e cinco por cento) do salário-base de cada empregado em situação irregular, no caso de propriedade com até 10 (dez) módulos fiscais;

II – 50% (cinquenta por cento) do salário-base de cada empregado em situação irregular, no caso de propriedade com até 50 (cinquenta) módulos fiscais;

III – 75% (setenta e cinco por cento) do salário-base de cada empregado em situação irregular, no caso de propriedade com até 100 (cem) módulos fiscais; e

IV – 100% (cem por cento) do salário-base de cada empregado em situação irregular, no caso de propriedade com mais de 100 (cem) módulos fiscais.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de abril de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal